

## GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DO COMPLEXO TÊXTIL- VESTUARISTA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, SANTA CATARINA, BRASIL

### GOVERNANCE AND SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT: ANALYSIS OF TEXTILE AND CLOTHING INDUSTRIAL COMPLEX IN ALTO VALE DO ITAJAÍ, SANTA CATARINA, BRAZIL

Elaine Cristina de Oliveira Menezes<sup>1</sup>  
Paulo Henrique Freire Vieira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Paraná, Professora do Curso de Graduação em Administração Pública e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná.

Autora para correspondência: [eoliveira.menezes@gmail.com](mailto:eoliveira.menezes@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP)/Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Coordena o Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) - PPGSP - UFSC.

**RESUMO:** Este artigo focaliza-se na gênese e nas transformações operadas no segmento industrial têxtil-vestuarista, na microrregião do Alto Vale do Itajaí, a partir do início dos anos de 1990. Trata-se, essencialmente, de um exercício de avaliação dos modos de coordenação e de governança atuais e dos principais impactos socioambientais gerados pela dinâmica recente deste segmento. Tal estudo fundamentou-se na abordagem teórico-metodológica do desenvolvimento territorial sustentável, mobilizando os conceitos de governança, sistemas (arranjos) produtivos locais e impactos socioambientais. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, aliando as técnicas de entrevistas semiestruturadas à aplicação de questionários, totalizando 86 entrevistas e 53 questionários aplicados. Os resultados do estudo demonstraram que a aglomeração industrial, em questão, é caracterizada como informal. Verifica-se, ainda, a ausência de uma governança em parceria, fruto do baixo grau de cooperação existente entre e intrafirmas, baixo nível tecnológico e frágeis mecanismos de coordenação institucionais. Além disso, a pesquisa demonstrou limitações relacionadas à articulação do complexo com a questão socioambiental e o longo prazo, identificando-se impactos diretos e indiretos sobre o meio ambiente da microrregião. Foram, também, apontadas margens de manobra que sinalizam, todavia, a possibilidade de internalização gradativa da dimensão socioambiental pelos atores locais.

**Palavras-chave:** Governança. Aglomeração industrial. Impacto socioambiental.

**ABSTRACT:** This article focuses on the origin of and the transformations within the textile and clothing industrial sector in the micro-region of Alto Vale do Itajaí, from the early 1990s. It is essentially an exercise in evaluation of the current modes of coordination and governance and the main socio-environmental impacts caused by the recent dynamics of this sector. The study was based on a theoretical and methodological approach to sustainable territorial development by mobilizing the concepts of governance, local productive systems (arrangements) and socio-environmental impacts. The research presents a qualitative and quantitative approach, combining the techniques of semi-structured interviews with the application of questionnaires, totaling 86 interviews and 53 questionnaires. The study's results showed that the industrial agglomeration in question is characterized as informal. It also found a lack of governance in partnerships, due to the low degree of cooperation inter- and intra-firms, a low technological level and weak institutional coordination mechanisms. In addition, the research showed limitations related to the operations of the complex regarding socio-environmental issues and the long term, identifying direct and indirect impacts on the environment of the micro-region. However, there were signs that there is room to maneuver, which signals the possibility of a gradual internalization of the socio-environmental dimension by local agents.

**Keywords:** Governance. Industrial agglomeration. Socio-environmental impact.

## INTRODUÇÃO

O complexo industrial têxtil-vestuarista contribuiu, significativamente, para o processo de formação socioeconômica do Estado de Santa Catarina (Mamigonian, 1965). Esse complexo industrial é parte de um segmento tradicional e vem, nas últimas décadas, conforme Lins (2005), sofrendo inúmeras transformações em função da abertura econômica e das pressões do mercado mundial, o que culminou na reconfiguração da atividade dentro do seu próprio território. Assim, essa reconfiguração acarretou o processo de interiorização do segmento, especialmente do Médio Vale em direção ao Baixo e Alto Vale do Itajaí, bem como para outras macrorregiões do estado de Santa Catarina. No caso da emergência da atividade vestuarista no Alto Vale do Itajaí, microrregião foco deste estudo, verifica-se que é um processo recente. Ela teve início na década de 1980, impulsionada pela crise do setor madeireiro e pelas dificuldades do setor agrícola em gerar trabalho e renda para a população local.

Todas essas transformações vêm, também, sendo alvo de inúmeras discussões sobre o esgotamento do chamado modelo de desenvolvimento catarinense (Vieira & Cunha, 2002; Lenzi, 2000). Esse modelo de desenvolvimento é, com efeito, louvado em muitos estudos, porém demonstra limites na internalização dos custos sociais e ambientais do desenvolvimento. Desse modo, esse debate é reflexo dos inúmeros desafios que são colocados às estruturas produtivas atuais, uma vez que os padrões de desenvolvimento requerem do setor produtivo uma perspectiva mais ampla de atuação, que contemple aspectos socioeconômicos e socioambientais do desenvolvimento. Nesse sentido, toda essa discussão remete à reflexão da necessidade da gestão territorial e da gestão das organizações empresariais inserirem, em seus modelos, a perspectiva da sustentabilidade socioambiental (Sánchez, 2006a; Sánchez, 2006b).

Nesse sentido, este artigo visa a elucidar a evolução da trajetória percorrida pela atividade têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale Itajaí. Dentro desse prisma, buscou-se refletir, neste trabalho, em que medida o segmento têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí vêm apresentando mecanismos de coordenação que aprimoram a inserção da dimensão socioambiental do desenvolvimento e que contribuam para melhoria da qualidade territorial. Assim, apresenta-se uma visão cursiva da metodologia e do enfoque analítico adotado, bem como os resultados subdivididos nas seguintes seções: trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e estrutura da aglomeração industrial têxtil-vestuarista; mecanismos de coordenação e governança do aglomerado, bem como as principais preocupações e impactos dessa indústria sobre o meio ambiente; e, por fim, as principais conclusões. Então, a partir dessa reflexão inicial, apresentam-se, a seguir, as principais orientações metodológicas que balizaram este artigo.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é do tipo empírico, valendo-se de um arcabouço teórico para norteá-lo. Caracteriza-se, também, como um estudo exploratório-descritivo-analítico. Exploratório- descritivo, pois pretende não apenas configurar e diagnosticar a estrutura e organização do segmento têxtil-vestuarista da microrregião do Alto Vale do Itajaí, mas também identificar os modos de coordenação das empresas que compõem esse aglomerado. Analítico, pois se fundamenta no conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Governança, recuperando elementos de uma abordagem qualitativa e quantitativa.

É preciso destacar que a região do Alto vale do Itajaí é composta de 28 municípios. Todavia, dentre esses municípios a pesquisa de campo focou-se em 12 deles, cuja participação do segmento vestuarista no emprego formal total seja superior a 12% (Rais, 2006). Tal grupo de municípios contemplou 85% do espectro de empresas do setor do vestuário da região. No que tange ainda aos aspectos qualitativos da coleta de dados, verifica-se a participação de 86 atores-chave entrevistados. Dentre eles constam: representantes de instituições municipais – prefeituras e associações; representantes de instituições regionais como Secretarias de Desenvolvimento regional, Associação de Municípios, Organizações Não Governamentais - ONGs, Órgãos Ambientais, Instituições de ensino e formação ligadas ao setor; representantes de outras instituições, bem como empresas do setor, sindicatos, faccionistas – formais e informais e agricultores.

Os critérios de seleção dos atores-chave entrevistados foram estabelecidos a partir dos estudos exploratórios realizados na região em foco, somado a estrutura metodológica que se fundamentou nas três dimensões do Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS. Os estudos exploratórios, somados às orientações teórico-metodológicas apontaram no sentido de identificar os principais envolvidos com o problema, além do que, a estada na região, por cerca de oito meses, possibilitou a avaliação direta da necessidade de inserção de novos atores-chave no decorrer da pesquisa de campo.

Quanto aos elementos quantitativos, a pesquisa também contou com a aplicação de 53 questionários junto às empresas dessa microrregião, nos 12 municípios selecionados citados anteriormente, o que possibilitou a complementação da pesquisa. Além desses procedimentos metodológicos, a pesquisa contou com a contribuição de dados secundários, especialmente com a obtenção de trabalhos de pesquisa já realizados na área em questão, bem como de informações obtidas em periódicos, revistas, jornais, entre outros.

Dessa forma, a análise e interpretação dos dados contemplaram três etapas: i) uma descritiva, relativa à trajetória de desenvolvimento socioeconômico da microrregião e da aglomeração industrial, bem como análise dos dados quantitativos; ii) uma explicativa, que buscou integrar a avaliação dos padrões de interações existentes entre as empresas desse aglomerado e entre as empresas e instituições de apoio, bem como a avaliação dos principais impactos socioambientais dessa indústria sobre o território; iii) uma prospectiva em que se buscou avaliar os principais obstáculos, e os possíveis espaços de manobra que poderiam reverter os problemas sociais e ambientais gerados por essa indústria. A seguir, serão apresentados os principais aportes teóricos que sustentaram e fundamentaram a análise desta pesquisa.

### PADRÕES DE ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO INDUSTRIAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No âmbito da revisão de literatura, o conceito norteador e que foi o pano de fundo da presente pesquisa é o do desenvolvimento territorial sustentável. Ele é concebido como um processo, tendo como ponto de partida a problemática da degradação socioambiental e sua relação com estratégias de desenvolvimento de longo prazo (Sachs, 1986; Sachs, 1993; Sachs, 2007; Sachs, 2002; Vieira e Cazella, 2004; Andion, 2007). O Desenvolvimento Territorial Sustentável - DTS é entendido neste trabalho como um estilo de desenvolvimento que complexifica e integra as perspectivas teóricas do desenvolvimento territorial e do ecodesenvolvimento.

Por um lado, observa-se que a abordagem do desenvolvimento territorial apresenta inovações no campo socioeconômico desde o pós-guerra com experiências largamente estudadas como é o caso dos distritos industriais, sistemas produtivos locais, clusters, ambiente inovador, arranjos produtivos locais, entre outras denominações. Na revisão de literatura sobre o desenvolvimento territorial reconhece-se sua intensificação a partir da década de 1970, em torno de um padrão de organização industrial que já havia sido estudado por Alfred Marshall, na Inglaterra. Tais estudos contribuíram, efetivamente, para a maturação desse conceito no início do século XXI. No quadro do Desenvolvimento Territorial, identificaram-se três principais correntes, sendo elas: distritos industriais ou sistemas produtivos locais (Piore & Sabel, 1984; Courlet & Soulage, 1994; Becattini, 1999; Bagnasco, 1999; Benko, 2001; Courlet, 2001), *milieu innovateur* (Maillat, 1995), e *clusters* (Marshall, 1982; Porter, 1999; Porter, 1990). A corrente centrada no conceito de *distrito*

*industrial* ressalta a emergência de um tecido social propício à cooperação que esteja articulado à identidade sociocultural dos atores; já a de *milleu innovateur* tende a enfatizar os processos de inovação técnica e aprendizagem que se estabelecem em virtude da proximidade entre as firmas; e, por fim, a corrente centrada no conceito de *cluster* integra as duas primeiras, e enfatiza o fenômeno da competitividade da indústria. Destaca-se que cada uma dessas experiências demonstrou a contribuição de elementos novos para as dinâmicas produtivas locais, tais como: a influência da cultura local; a possibilidade de sinergia, cooperação e competição; facilidade de acesso a mão de obra e conhecimento acumulado; difusão de inovação; possibilidade de regulação setorial conjunta, entre outros fatores (Becattini, 1999; Bagnasco, 1999; Benko, 2001; Courlet e Soulage, 1994; Courlet, 2001; Maillat, 1995; Marshall, 1982; Porter, 1999; Porter, 1990; Lemos, 2003; Lastres & Cassiolato, 2003; Bourque, 2000; Levésque, 2001). Além dessas contribuições, inúmeros estudos têm sido realizados e têm discutido as questões do desenvolvimento a partir do local (Sachs, 1986; Sachs, 2007).

Por outro lado, as contribuições das discussões sobre sustentabilidade também resgatam elementos imprescindíveis para a gestão das organizações na atualidade, principalmente quanto à prudência ecológica, satisfação das necessidades básicas e promoção da equidade, autonomia e redefinição do conceito de eficiência econômica que alia a produtividade com a minimização das perdas e reaproveitamento dos resíduos e dejetos como insumos para o sistema produtivo (Vieira, 2006; Vieira & Cazella, 2004; Sánchez, 2006a; Sánchez, 2006b; Vanclay, 2003). A problemática socioambiental emergiu no campo do planejamento do desenvolvimento no final dos anos 1960. Tal discussão atendeu inicialmente aos interesses dos países industrializados. A agenda de prioridades contemplava os problemas da contaminação e degradação ambiental e de um eventual esgotamento dos recursos naturais, agravado pelas evidências de crescimento demográfico exponencial. No transcurso da década seguinte, o foco começou a se deslocar no sentido da incorporação das assimetrias Norte-Sul e do fenômeno da “poluição da pobreza” (Sachs, 2007). Daí em diante, o critério de sustentabilidade ampliada, articulando as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica vem se impondo como um fator determinante no desenho de estratégias alternativas de desenvolvimento rural e urbano.

As discussões recentes destacam, também, que os impactos no meio biofísico também são seguidos por impactos no meio social (Sanchez, 2006a; Sánchez, 2006b; Vanclay, 2003). Nesse sentido, necessita-se compreender, também, os impactos sociais das atividades produtivas. Na opinião de Vanclay (2003), a Avaliação de Impactos Sociais (AIS) caracteriza uma proposta de avaliação de impactos sociais de intervenções ou eventos planejados e de concepção de estratégias para o monitoramento e gerenciamento em curso desses impactos. Ela não deve ser entendida somente como parte de um esforço de previsão dos impactos sociais num processo de avaliação de impacto ambiental (Vanclay 2003). Em sentido amplo, trata-se, antes, de uma estrutura em arco que incorpora a avaliação do conjunto de impactos sobre os seres humanos e sobre os modos de interação de pessoas e comunidades com seu entorno - sejam eles socioculturais, socioeconômicos ou biofísicos. No rol dos itens passíveis de avaliação estão incluídos: o modo de vida das pessoas; a cultura; a comunidade; os sistemas políticos; o ambiente; a saúde e bem-estar; os direitos pessoais e de propriedade; os medos e aspirações (Menezes, 2009; Vanclay, 2003).

Além das questões relativas à avaliação do impacto no meio biofísico e social das atividades econômicas é preciso resgatar a racionalidade dos atores sociais envolvidos. Por isso, a análise da racionalidade dos empresários, a partir das reflexões dos autores contemplados na síntese da revisão da literatura sobre sistemas e arranjos produtivos locais, somada a essa reflexão mais ampla da perspectiva socioambiental possibilitou a construção de possíveis perfis empresariais, que poderiam ser apontados a partir da pesquisa de campo como observado no quadro a seguir:

Quadro 1: Tipologia de expressões de racionalidade empresarial

Empresários	Perfil	Características
Produtivistas	Preocupados com a produtividade empresarial	- Elevado grau de subcontratação - Destacada importância da relação custo-benefício - Ritmo intenso de trabalho diário dentro da empresa - Intensivo em mão-de-obra.
Schumpeterianos	Preocupados com o aprendizado e o avanço tecnológico empresarial	- Elevado grau de inovação tecnológica dentro da empresa - Utilização de equipamentos automatizados - Aumento da produtividade por meio da introdução de inovação tecnológica - Intensivo em tecnologia.
Territoriais	Preocupados com a evolução do território	- Apoio à formação da mão-de-obra local - Estímulo à qualidade de vida no trabalho - Aumento da produtividade por meio da cooperação e formação de parcerias com outros empresários locais - Melhoria tecnológica contínua.

Socioambientalistas	Preocupados com o impacto socioambiental da sua atividade sobre o território	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adequado destino dos resíduos sólidos e líquidos da atividade sobre o território</li> <li>- Adequadas condições de trabalho</li> <li>- Existência de cooperação intra e inter-empresarial</li> <li>- Promotores de uma governança em parceria.</li> </ul>
---------------------	--	--

Fonte: Menezes (2009, p. 58)

Contextualizando os elementos abordados no Quadro 1, Sánchez (1989) argumenta que a racionalidade dos empresários é um fator importante para se obter resultados mais favoráveis ao enfrentamento consequente da crise socioambiental. Nos tipos destacados a seguir encontram-se aqueles cuja preocupação é a de minimizar custos e aumentar a produtividade a qualquer preço; outros que têm a preocupação de aumentar a produtividade por meio de inovações tecnológicas e sociorganizacionais; mas existem também aqueles que refletem o sentimento de pertencimento ao local, levando em conta a qualidade territorial. Finalmente, seria importante mencionar aqueles que acrescentam às preocupações sobre os impactos de suas ações produtivas à solidariedade territorial nos níveis sincrônico e diacrônico. Ou seja, os custos sociais e ecológicos nesse tipo de racionalidade são ora evitados na busca de melhoria dos processos utilizados, ora internalizados por meio do uso de tecnologias apropriadas, da reutilização dos dejetos e da minimização das perdas, além da preocupação pelo bem-estar social (trabalhadores, comunidade, etc.).

Todavia, faz-se necessário resgatar um termo importante no contexto dos sistemas produtivos locais, o conceito de governança. As primeiras acepções do termo governança têm origem na França do século XIII (Gaudin, 2002). Esse termo apresenta, porém, novos usos no transcurso do século XX.<sup>1</sup> Além das referências ao domínio público, outros atributos reforçam a sua popularização, como é o caso da microeconomia. Na busca de uma definição do conceito de governança, Gaudin (2002) divide-o em dois grandes eixos: um que enfatiza a governança interna das organizações, seus sistemas de gestão e hierarquia; e outro que dá ênfase à governança territorial, cuja ênfase recai nos padrões de regulação institucional e de interação existentes no âmbito de um mesmo território.

Na perspectiva territorial, aplicada ao sistema socioeconômico, governança significa um conjunto de sistemas de regulação intencional gerado por uma determinada organização social (Bourque, 2000). Para precisar essa definição, Bourque (2000, p. 10) adota o conceito de Hollingsworth e destaca que “ [...] *un système de gouvernance est donc défini comme la totalité des arrangements institutionnels [...] qui régulent les transactions à l’intérieur et à travers les frontières d’un système économique.*”<sup>ii</sup>.

A visão territorial da governança tem uma concepção mais ampla daquela que se tinha no século XIII e XIV e também uma concepção oposta à da governança mundial. Nessa perspectiva, ela é mantida por um conjunto de atores e instituições que não pertencem somente à esfera governamental, mas que se traduzem pelas relações de interdependência existentes entre o poder e as instituições associadas a uma ação coletiva específica. A governança é um processo institucional e organizacional de construção de mecanismos compatíveis com os diferentes modos de coordenação existentes entre atores sociais geograficamente próximos, para que possam resolver os problemas produtivos inéditos, sentidos no território (Pecqueur, 2004), e para solucionarem problemas que transcendem os limites das relações econômicas.

Ao fazer avançar esse debate, Bourque (2000) apresenta, com efeito, uma tipologia dos modos de governança, com o intuito de oferecer outros elementos além daqueles apresentados pelos modos tradicionais de coordenação das atividades econômicas. Esse autor destaca, também, que essa classificação visa ampliar a noção recomendada pelos economistas neoinstitucionalistas, que aplicam de maneira restritiva as duas grandes formas de coordenação econômica: a mercantil e a hierárquica. Essa tipologia mais ampla está escorada em dois postulados. Por um lado, a ação econômica é vista, essencialmente, como uma forma de ação social; por implicação, toda ação social é governada por um conjunto de regras e normas. Por outro lado, constata-se que as atividades econômicas são continuamente influenciadas pelo surgimento de problemas de coordenação.

Assim, os modos de governança são definidos como tipos particulares das trocas econômicas socialmente construídas, isto é, trocas que serão estruturadas historicamente pelo processo de organização de papéis definidos no conjunto de relações não econômicas estabelecidas entre os atores. Tais modos de governança asseguram as normas e regras com maior regularidade do que a troca. Bourque (2000) destaca ainda que os modos de governança mercantil, hierárquico, estatal, comunitário e em parceria constituem tipos ideais, que sistematizam os grandes princípios organizacionais mencionados na literatura acadêmica. Na realidade, esses modos de governança se combinam e configuram uma dinâmica de hibridização (Bourque, 2000; Lévesque, 2001).

A evolução desse debate reforça a impressão de que a experimentação com novas modalidades de ação coletiva, norteadas pelo ideário do desenvolvimento territorial, vem se intensificando nos últimos tempos. Num contexto de globalização assimétrica, elas nos parecem, todavia, ainda fortemente condicionadas pela ideologia economicista, pois colocam em segundo plano o enfrentamento dos dilemas apontados pela visão ecológica dos limites do crescimento material.

Dessa forma, os modos de coordenação poderiam refletir não somente em termos de organização espacial das atividades econômicas, mas também poderiam ter reflexo direto sobre a qualidade territorial. No caso dos estudos sobre sistemas e arranjos produtivos locais, percebe-se que há uma dinâmica socioeconômica propícia à preocupação com os impactos socioambientais acarretados pelo avanço das atividades econômicas no nível local. Isso significa dizer que, se as atividades econômicas conseguirem se estruturar privilegiando modos de governança pautados em parcerias, baseados na concertação e na busca por equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, menos recorrentes serão os impactos socioambientais graves, haja vista que os recursos naturais do meio ambiente são os insumos do sistema econômico. A próxima seção terá o intuito de apresentar o resultado do estudo sobre os modos de coordenação e governança da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí e os seus impactos sobre a qualidade territorial.

#### TRAJETÓRIA SOCIOECONÔMICA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ E ESTRUTURA DA AGLOMERAÇÃO INDUSTRIAL TÊXTEL-VESTUARISTA

A ocupação do Alto Vale do Itajaí mobilizou imigrantes alemães e italianos na exploração de pequenas propriedades, concentradas, inicialmente, no município de Rio do Sul. Na época da chegada dos imigrantes, em 1850, o Vale do Itajaí, e especialmente o Alto Vale, era povoado pelos índios Xokleng. Destaca-se, ainda, que os imigrantes se dedicaram, inicialmente, à agropecuária de subsistência e à extração vegetal (madeira). As atividades primárias impulsionaram, posteriormente, o surgimento de um parque industrial centrado na produção de alimentos e de madeira que se mantém, até hoje, em vários municípios. Salienta-se que a bagagem cultural trazida pelos imigrantes alemães e italianos contribuiu, significativamente, para a consolidação da trajetória de crescimento socioeconômico.

Destaca-se que o isolamento geográfico e econômico das frentes de colonização fez com que as pessoas ali sediadas produzissem quase tudo de que necessitavam para sobreviver. Somado à economia agropecuária de subsistência, o setor madeireiro foi fortalecido pela abundância de florestas; tornou-se, por isso, o principal motor da economia no período seguinte ao da colonização. A partir das mudanças na legislação ambiental e do esgotamento progressivo dos recursos florestais, o ciclo madeireiro entrou, todavia, em decadência. A reconfiguração socioeconômica acarretou, sobretudo, no surgimento de outros setores, a exemplo do metal-mecânico; do têxtil-vestuarista; do madeireiro, centrado no reflorestamento com espécies exóticas; e da agroindústria; além do terciário, centrado no turismo (Menezes, 2009). A proximidade de Blumenau criou, efetivamente, condições propícias à criação e à consolidação do setor têxtil-vestuarista a partir de 1980.

A partir do quadro descrito, ressalta-se que a análise do funcionamento da aglomeração industrial têxtil-vestuarista foi orientada a partir de três grandes eixos: (i) o perfil das empresas locais e a divisão do trabalho entre elas; (ii) as características do mercado de trabalho e do perfil da mão de obra local; e, por fim, (iii) as mudanças tecnológicas e as dinâmicas de aprendizagem contínua. Quanto ao perfil do parque industrial, constata-se que predominam as micro e pequenas empresas, com reduzida divisão social do trabalho. Muitas delas especializaram-se na atividade de costura e acabamento; carecem, por isso, do apoio de unidades de fornecedores especializados à jusante e à montante. Apesar disso, o índice de concentração industrial é considerável, com um coeficiente locacional superior a dois (Menezes, 2009).

No que tange ao mercado de trabalho, a pesquisa revelou, de maneira geral, que a mão de obra empregada nesse segmento é oriunda de áreas em que predomina a agricultura familiar. Assim, a mão de obra disponível apresenta um nível ainda reduzido de especialização no setor. Esse fato tem acarretado, com efeito, na rivalidade entre as firmas, em busca de trabalhadores cada vez mais especializados. Além desse fato, observa-se certa desorganização do ponto de vista sindical, pois a região é regida por três sindicatos: o o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul e região do Alto Vale do Itajaí, o Sindicato dos trabalhadores de Rodeio e o Sindicato dos trabalhadores de Agrolândia. Cabe destacar, ainda, que o mercado de trabalho do setor, na microrregião, dispõe predominantemente da força de trabalho feminina, em sua maioria jovens estudantes.

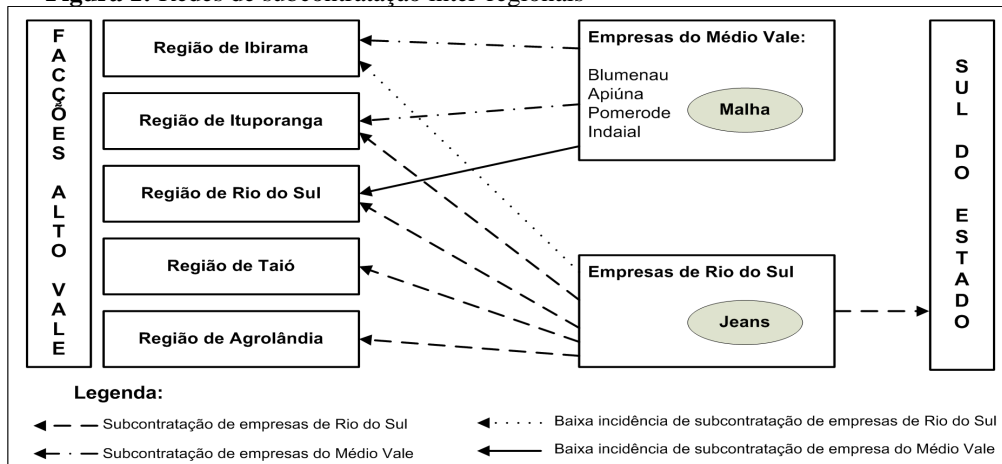
Quanto à densidade do processo de inovação tecnológica, constata-se que as empresas que mobilizam tecnologias de ponta convivem com aquelas que operam nos moldes tradicionais. Desse modo, essa convivência gera problemas de cunho estrutural, e é sentida, principalmente, pelas facções informais. Destaca-se, também, a ausência de institutos de pesquisa e desenvolvimento. As escolas de formação que existem na microrregião disponibilizam, sobretudo, cursos de gestão, mas eles não contemplam as demandas específicas geradas pela conjuntura socioeconômica dos anos 2000. No que se refere aos cursos de formação técnica, observa-se que, na maioria dos casos, eles vêm sendo realizados nas próprias empresas. Nesse sentido, do ponto de vista estrutural, apesar de as empresas estarem concentradas no Alto Vale do Itajaí, elas continuam a operar bastante defasadas no que diz respeito à instrumentalização técnica.

Além disso, as redes de formação e qualificação profissional pouco têm contribuído para a consecução de sinergias entre as empresas.

Quanto ao circuito do mercado de prestação de serviços observa-se que ele opera em escala macrorregional e, em alguns casos, estadual. Geralmente as empresas que subcontratam serviços das facções da microrregião do Alto Vale estão sediadas no Médio Vale do Itajaí<sup>iii</sup>. Portanto, a origem das empresas que contratam os trabalhos das facções é macrorregional e caracteriza-se de acordo com o fluxo apresentado a seguir.

A Figura 1 ilustra as redes de subcontratação das empresas que compõem o aglomerado. As setas que apontam no sentido do Alto Vale correspondem às grandes empresas que subcontratam os serviços das facções. Os elementos-chave dessa rede de subcontratações no Alto Vale estão concentrados em cinco pequenas regiões. Aquela que está mais conectada com as empresas do Médio Vale corresponde à região de Ibirama, Ituporanga e, com menor incidência, Rio do Sul. Constata-se também que as facções de praticamente todos os municípios do Alto Vale prestam serviços para as empresas “de marca própria” de Rio do Sul.

**Figura 1:** Redes de subcontratação inter-regionais



Fonte: Menezes (2009, p. 219).

Apesar desse processo de subcontratação ser intenso junto às empresas da microrregião, a defasagem tecnológica e de qualificação da mão-de-obra demonstram limites na continuidade e utilização dessa prática. Sem contar que as empresas catarinenses vêm sofrendo com a concorrência desigual gerada pela China, que já tem se apresentado como alternativa de produção e consumo para algumas empresas do Vale do Itajaí. A próxima seção apresenta os principais resultados quanto à coordenação entre as empresas do segmento no Alto Vale do Itajaí.

## COORDENAÇÃO ENTRE EMPRESAS NUM CENÁRIO DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

Durante a pesquisa de campo, constatamos vários indícios que reforçam a hipótese de que na dinâmica do segmento têxtil-vestuarista em curso na região estudada predominam as relações baseadas na competição. Tal competitividade tem sido estimulada pela fragilização dos laços de sinergia típicos da época da colonização; pela exacerbação da concorrência, em função da similaridade das atividades realizadas pelas empresas; e, por fim, dos antagonismos gerados pela carência de mão-de-obra qualificada.

A organização desse segmento, na microrregião, apresenta algumas especificidades em função da trajetória de desenvolvimento regional. É preciso destacar o fato de que a microrregião é servida de instituições de apoio, embora ainda com alguns déficits. Instituições de ensino e formação técnica e de nível superior, instituições de crédito, sindicatos dos trabalhadores e patronais e associações comerciais e industriais existentes na microrregião denotam que existem, ainda que embrionariamente, certa coordenação desse segmento.

Além desses aspectos, a pesquisa de campo revelou importantes bloqueios à cooperação entre empresas e que deveriam ser levados em conta pelos atores locais. Dentre os principais entraves à constituição de um tecido cooperativo na região estudada têm-se os de cunho técnicos e os de cunho sociocultural. Dentre os bloqueios técnicos tem-se: baixa divisão do trabalho entre empresas; concentração de empresas na etapa da costura e acabamento; poucas empresas realizam outras atividades, a jusante ou a montante da cadeia produtiva, o que acaba criando mais rivalidades; existência de diferentes padrões tecnológicos dificulta os esquemas de subcontratação e a manutenção da qualidade dos serviços e dos produtos; ausência de mão de

obra qualificada; ausência de políticas de crédito equitativas; despreparo e pouco apoio das instituições de ensino; ausência de institutos de pesquisa e desenvolvimento. Todos esses problemas e dificuldades distanciam, de certa forma, os empresários locais.

Quanto aos obstáculos de natureza sociocultural, cabe novamente mencionar o enfraquecimento progressivo dos laços de solidariedade genuína que predominavam nas fases de colonização. A nosso ver, esse enfraquecimento ocorre também sob a influência da consolidação e do acirramento das relações de mercado que acelerou o processo de fragmentação do tecido social, reforçando o individualismo e minando as práticas baseadas em relações de proximidade, confiança e reciprocidade. A defasagem técnica teve consequências negativas na região estudada, hipertrofiando a competição pelo aumento de produtividade e, conseqüentemente, alimentando a exploração da mão de obra, e o aumento do ritmo e da intensidade do trabalho nas linhas de produção. Despreparo das instituições e entidades de classe em mobilizar e fortalecer a participação e organização do setor. Pouca articulação entre o poder público local e as instituições de apoio.

No que se refere às relações de cooperação e parcerias, o Quadro 2 sintetiza os principais elementos investigados junto a pesquisa de campo quanto as atividades de cooperação e consolidação de sinergias entre as empresas e instituições do setor. Constatamos principalmente que as relações entre as empresas do segmento são rarefeitas; as mais significativas conectam empresas que prestam serviços diferenciados e complementares – a exemplo das lavanderias e estamparias, que são prestadoras de serviços para as confecções e façções.

Quadro 2: Síntese da análise das formas de cooperação estabelecidas entre empresas da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí

Características	Micro	Pequena	Média
Principais parceiros em atividades cooperativas	Fornecedores, clientes e representação.	Fornecedores e clientes.	Fornecedores, clientes, universidades, representação.
Principais objetivos da cooperação	Capacitação de RH.	Capacitação de RH, relação com a comunidade local e compra de insumos e equipamentos.	Capacitação de RH e articulação com outros segmentos da região.
Localização dos agentes cooperativos	Principalmente da região do Vale do Itajaí (com exceção dos fornecedores âmbito nacional)	Dentro e fora do arranjo, principalmente, no âmbito nacional.	Dentro e fora do arranjo, principalmente, no âmbito nacional e em menor quantidade exterior.
Coordenação das relações	Por pequenas e médias empresas de dentro e fora da região – que fazem parte de redes verticais e horizontais (subcontratação); Pelas próprias microempresas que coordenam redes verticais e/ou horizontais.	Por grandes e médias empresas quando integrantes de redes verticais e horizontais. Pelas próprias pequenas empresas quando coordenam redes verticais e/ou horizontais.	Pelas próprias médias empresas (grupos, <i>joint venture</i> etc.) e grandes empresas que coordenam redes verticais e/ou horizontais.
Principais resultados obtidos com a cooperação	Melhoria nos processos produtivos, na capacitação de RH, comercialização e qualidade dos produtos.	Melhorias na capacitação de RH, seguidas das condições de fornecimento dos produtos e, por fim, da qualidade dos produtos.	Melhorias na capacitação de RH, qualidade dos produtos e promoção de nome/marca da empresa no mercado nacional.

Fonte: Menezes (2009, p. 242).

A coordenação das relações entre as microempresas ocorre geralmente por intermédio das empresas maiores e que possuem “marca própria” e que são responsáveis pela formação de redes de subcontratações. Com base no quadro anterior e na tipologia construída por Bourque (2000), concluí-se que a estrutura atual da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí ajusta-se a um modelo híbrido, orientada, predominantemente, por uma governança de mercado. Porém coexistindo com modos de coordenação hierárquica. A coordenação interempresarial vem sendo polarizada por empresas de porte médio e grandes empresas (em geral de fora da microrregião) e, em alguns casos, por empresas de pequeno porte (da microrregião) melhor estruturadas e com boa colocação no mercado.

Além das redes de subcontratação criar uma relação de dependência entre empresas maiores e menores, outro complicador digno de registro no funcionamento atual da aglomeração têxtil-vestuarista do Alto Vale diz respeito ao fato de muitas dessas médias e grandes “empresas-mães” estarem sediadas em outras microrregiões. Esse padrão de organização dos sistemas produtivos tende a enfraquecer a construção de territórios sustentáveis (Courlet & Soulage, 1994; Vieira, 2006). A superação desses complicadores passa, a nosso ver, pela criação de novas estratégias de organização da sociedade civil. Para tanto, torna-se imprescindível avaliar de que maneira o empresariado local vinculado ao segmento têxtil-vestuarista



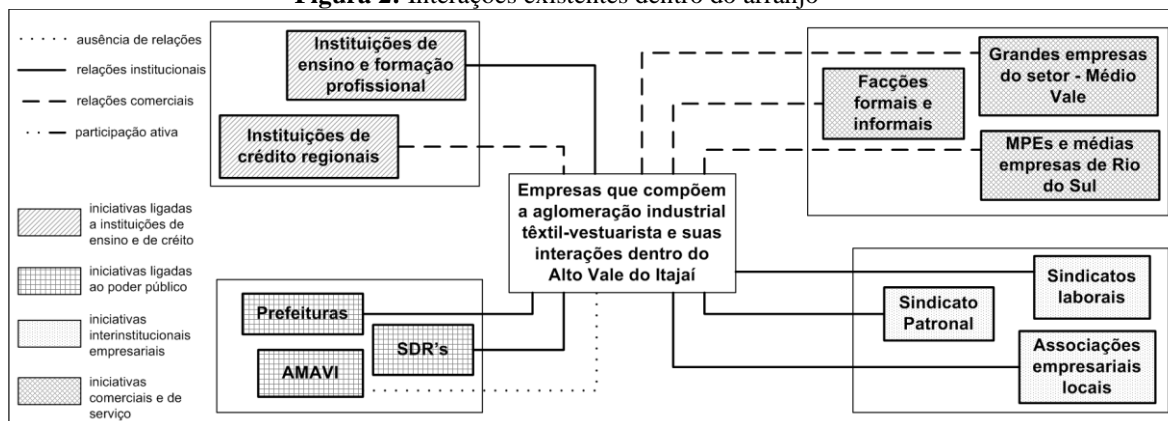
considera o desempenho das instituições de apoio (sindicatos, associações empresariais, cooperativas) situadas no Alto Vale.

Por meio da pesquisa de campo, por um lado, constatamos um déficit de credibilidade da rede de instituições locais junto ao empresariado vinculado ao segmento têxtil-vestuarista. Além disso, as iniciativas voltadas para a coordenação da dinâmica interempresarial permanecem nas mãos de algumas poucas empresas de maior porte. Estas, por sua vez, operam segundo um padrão de eficiência econômica que parece colidir frontalmente com a construção gradual e participativa de um arranjo produtivo pensado à luz da experiência adquirida com os distritos industriais italianos (Becattini, 1999; Bagnasco, 1999; Benko, 2001; Benko & Lipietz, 2000; Courlet e Soulage, 1994; Courlet, 2001; Lemos, 2003; Lastres & Cassiolato, 2003; Bourque, 2000; Levésque, 2001).

Por outro lado, as instituições públicas vinculadas aos níveis local, regional e nacional têm permanecido praticamente à margem de um esforço consequente de dinamização do segmento têxtil-vestuarista no Alto Vale do Itajaí. Esse fato foi comprovado pelo trabalho de campo, ele revelou que os empresários locais, em sua maioria, desconhecem os programas oficiais criados nos três níveis de governo. Somente 27,8% das micro, 3% das pequenas e 50% das médias conhecem e participam dos programas coordenados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Na opinião de agentes do SEBRAE e do Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confecções e do Vestuário do Alto vale do Itajaí - SINFIATEC, esse descompasso reflete, sobretudo, o baixo nível de organização desse segmento na microrregião em estudo. Tal situação comprova a fragmentação e falta de coesão da indústria local.

Outra conclusão importante derivada da linha de argumentação desenvolvida até aqui diz respeito ao reconhecimento de que as Micro e Pequenas Empresas - MPEs – sobretudo as facções - são aquelas que têm sido mais prejudicadas pelo processo em curso de estruturação do segmento têxtil-vestuarista no Alto Vale. Consideradas como a espinha dorsal do setor, as facções têm recebido pouco apoio em termos de acesso ao crédito e de aconselhamento técnico e jurídico. Por meio das constatações realizadas até aqui, construiu-se um esquema que busca traçar as principais relações entre os principais agentes ligados ao segmento.

**Figura 2:** Interações existentes dentro do arranjo



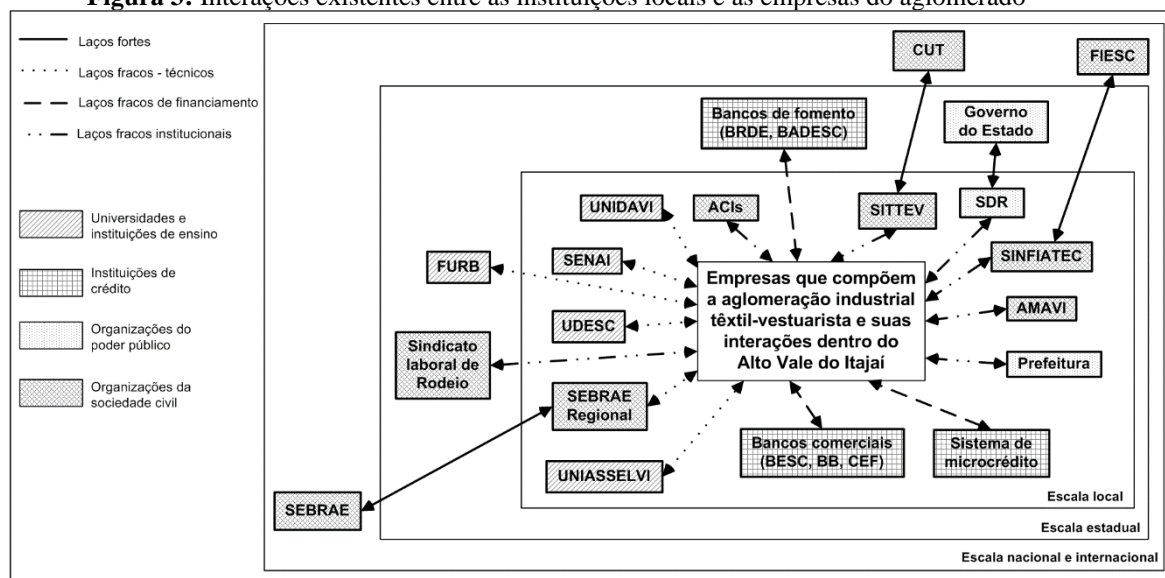
Fonte: Menezes (2009, p. 247)

As relações entre os agentes locais e o segmento têxtil-vestuarista são de natureza predominantemente comercial e institucional, como indica a Figura 2 acima. As instituições de ensino estão conectadas por meio de articulações institucionais envolvendo principalmente o SEBRAE, os Núcleos de Ensino Profissionalizante - NEP e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. Já as interações com as instituições de crédito são de caráter estritamente comercial.

Entre empresas e facções os intercâmbios são apenas comerciais, centrados na prestação de serviços. O sindicato laboral interage negociando aumentos de salário e fiscalizando casos de violação da legislação trabalhista, e o patronal fortalecendo e estruturando o setor por meio das rodadas de negócios, reuniões formais e informais, participação em feiras e articulação com outras instituições. As associações empresariais empenham-se na formação de núcleos de discussão sobre os problemas do setor, como descrito nas seções precedentes. As interfaces com o setor governamental são mantidas por meio das prefeituras e das Secretarias de Desenvolvimento Regionais - SDRs. Finalmente, verificamos que a Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI não interage com o setor têxtil-vestuarista. As poucas ações de organização do setor são fragmentadas, sendo esse o motivo pelo qual muitas das iniciativas não têm gerado resultados satisfatórios.

A Figura 3, a seguir, expressa a fragilidade das interrelações envolvendo as instituições locais e as empresas vinculadas ao setor. Inexistem laços fortes diretamente relacionados entre instituições de apoio e o aglomerado. Todavia é possível perceber a existência de inúmeros laços fracos que segundo Granovetter (1973) poderão gerar novas oportunidades aos indivíduos e aumentar a integração dentro do aglomerado. Isto é, embora haja fragilidade e pouca confiança no âmbito das relações e das redes sociais que se formaram dentro do aglomerado, é possível que os laços fracos existentes possam ser promotores de oportunidades, inclusive promovendo a integração de novos atores sociais.

**Figura 3:** Interações existentes entre as instituições locais e as empresas do aglomerado



Fonte: Menezes (2009, p. 249)<sup>iv</sup>.

Com base neste esquema, concluí-se que os principais problemas de coordenação do setor estão centrados: (i) na informalidade; (ii) nos desníveis de sofisticação tecnológica, de padrões organizacionais e de qualidade dos produtos; (iii) na exacerbação da competitividade estritamente mercadológica; (iv) na baixa divisão do trabalho entre as empresas; e (v) e na baixa densidade de conexões institucionais intra e transescalares. Todos esses fatores representam empecilhos mais ou menos cruciais para a maturação do segmento na região. Talvez o mais relevante seja a fragmentação e a desarticulação nas diferentes etapas e nos diferentes níveis da cadeia produtiva.

Os analistas de dinâmicas territoriais de desenvolvimento asseveram que nesse caso torna-se necessário estimular simultaneamente a regulação pelo mercado, o fortalecimento da rede de instituições locais, a reciprocidade e a cooperação entre as empresas, e a construção coletiva de uma identidade territorial. Essa combinação de vetores poderia em princípio alavancar o funcionamento de sistemas produtivos locais integrados que colocam em xeque um dos princípios básicos da economia política clássica, a saber: a separação entre o econômico, o social e o ecológico. Passaríamos assim de um modelo de desenvolvimento local baseado em vantagens comparativas para um modelo territorial sustentável baseado em vantagens diferenciadoras (Courlet & Soulage, 1994; Pecqueur, 2006; Benko & Lipietz, 2000; Benko, 2001).

Conclui-se que os principais problemas de coordenação do setor estão centrados: (i) na informalidade; (ii) nos desníveis de sofisticação tecnológica, de padrões organizacionais e de qualidade dos produtos; (iii) na exacerbação da competitividade estritamente mercadológica; (iv) na baixa divisão do trabalho entre as empresas; e (v) e na baixa densidade de conexões institucionais intra e transescalares. Todos esses fatores representam empecilhos mais ou menos cruciais para a maturação do segmento na região. O mais relevante seja, talvez, a fragmentação e a desarticulação nas diferentes etapas e nos diferentes níveis da cadeia produtiva, dessa forma esse complexo produtivo ainda não ultrapassou os problemas meramente de organização e, portanto, tem dificuldade de pensar a resolução dos problemas territoriais.

Assim contata-se que o segmento têxtil-vestuarista tem se mobilizado pouco em prol de adotar práticas mais sustentáveis. Observou-se que elas se resumem à coleta de lixo seletiva, venda ou doação dos restos de tecido e a economia de papel. Quanto às ações conjuntas entre as empresas em prol do meio ambiente, a maioria dos empresários desconhece as discussões e instituições que colocam em debate as questões ambientais locais (ONGs e as ações do Comitê de Bacias). Tal postura se contrapõe às atuais exigências mercadológicas, já que os consumidores estão requerendo, cada vez mais, das empresas uma postura em prol do meio ambiente. No caso da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí constatou-se que os mais significativos impactos são sobre o uso do solo e dos recursos hídricos.

**Quadro 3:** Síntese dos impactos sociais e ambientais da aglomeração industrial do vestuário do Alto Vale do Itajaí

Tipos de impactos	Vetores da degradação	Resultado dos impactos do aglomerado
Sobre o uso do solo	Ação das lavanderias	Geração de resíduos sólidos poluentes (restos de tecidos e materiais tóxicos)
Sobre os recursos hídricos		Contaminação dos recursos hídricos
Sobre a fauna e a flora	Atratividade do setor	Êxodo rural, parcelamento das propriedades e silvicultura predatória
Sociais		Mudanças na estruturação familiar e perda de identidade cultural

Fonte: Menezes (2009, p. 273).

O impacto sobre o uso do solo e dos recursos hídricos são impactos diretos dessa atividade sobre o meio ambiente local. Todavia, os impactos sobre a fauna e flora e os impactos sociais são impactos indiretos. Embora o impacto social descrito no Quadro 3 tenha chamado a atenção durante as entrevistas ele tem se mostrado negativo e positivo. Negativo na medida em que a migração de um contingente de agricultores para zonas urbanas acarreta inúmeros problemas, desde a venda da propriedade aos madeireiros até o inchaço nas regiões urbanas. Positivo, na medida em que é uma alternativa para os trabalhadores rurais ociosos ou subocupados da microrregião.

Portanto, os impactos indiretos vêm sendo, todavia, observados pela migração desordenada de trabalhadores do campo para essa indústria, o que vem acarretando o plantio para reflorestamento de espécies exóticas. A tomada de consciência desses impactos poderá auxiliar quanto aos custos indiretos ou “camuflados” da dinâmica desse segmento na atualidade.

Reconhece-se que as mudanças de comportamento do mundo empresarial podem fornecer um ganho de eficácia na gestão ambiental pública, o que justifica a ênfase concedida neste artigo à avaliação das ações do empresariado local, bem como dos impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista no território do Alto Vale do Itajaí. A governança orientada pelo mercado denota que as empresas que compõem esse aglomerado ainda têm enfatizado o curto prazo em detrimento do longo prazo. Sem contar que a sua coordenação está fundamentado em empresas maiores que são o centro das redes de subcontratação, o que fortalece as relações de dependência. Portanto, observa-se que o modo de coordenação e governança do aglomerado em questão não tem favorecido a internalização dos custos sociais e ambientais (Sachs, 2007; Sánchez, 2006a; Sánchez, 2006b). A seção seguinte fará um balanço do que foi discutido no transcurso do presente artigo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de confecções tem contribuído para aquecer o mercado de trabalho no Alto Vale, possibilitando, assim, uma redução parcial das migrações campo-cidade. A preocupação com a coordenação interinstitucional e com a internalização efetiva da dimensão socioambiental nas práticas produtivas tem, no entanto, permanecido claramente em segundo plano.

Seria importante ressaltar, entretanto, que se trata de um aglomerado informal, ainda em fase de constituição, com reduzido potencial de inovação técnica. São tênues os laços de reciprocidade fundados numa relação de proximidade geográfica. Além disso, a utilização da base de recursos naturais vem sendo promovida de maneira a hipertrofiar o cálculo econômico de curto prazo, o produtivismo e a concorrência baseada na produção *standardizada*, em detrimento da promoção de relações de ajuda mútua, de sinergias interfirmas, da competitividade sistêmica e da qualidade de vida do conjunto da população.

As evidências sugerem que os *stakeholders* da cadeia produtiva têxtil-vestuarista no Alto Vale não alcançaram ainda o nível de consciência e de motivação necessário à criação de uma oferta combinada e coerente de atributos territoriais, como parte de uma dinâmica inventiva e participativa de criação de vantagens diferenciadoras (Pecqueur, 2006). Em outras palavras, os empresários não estão ainda preocupados com uma dinâmica participativa de construção territorial. Os empresários são caracterizados como produtivistas, preocupados com a produtividade empresarial e voltados para um elevado grau de subcontratação; destacada importância da relação custo-benefício; com ritmo intenso de trabalho diário dentro da empresa, sendo intensivo em mão-de-obra.

A partir das constatações anteriores e com base na tipologia construída por Bourque (2000), conclui-se que a estrutura atual da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí ajusta-se a um modelo de governança híbrido, orientado, predominantemente, por uma governança de mercado, porém coexistindo com modos de coordenação hierárquica. Assim, esse padrão de organização da aglomeração

industrial em questão tende a enfraquecer a construção de territórios sustentáveis (Courlet & Soulage, 1994; Vieira & Cazella, 2004, Vieira, 2006). A superação desses complicadores passa, desse modo, pela criação de novas estratégias de organização da sociedade civil. Para tanto, torna-se imprescindível, também, saber quais são os reais impactos negativos da dinâmica descontrolada do setor secundário nas condições de reprodução dos ecossistemas e paisagens.

A ótica territorial continua, assim, carente de uma base social consistente. Vale a pena destacar, também, que as regras de jogo internalizadas, neste aglomerado, refletem a reprodução de uma política de gestão territorial aparentemente descentralizadora, mas de fato ainda parcial e imbuída das patologias típicas do conjunto do sistema político brasileiro: conservadorismo, autoritarismo, clientelismo e “elitização” dos frutos do desenvolvimento local por um número reduzido de atores (Faoro, 2001; Cazella, 2006).

Constata-se também o enfraquecimento da dimensão da identidade cultural, um elemento considerado essencial à formação e à persistência no tempo das dinâmicas territorializadas e sustentáveis de desenvolvimento. Muitos empresários entrevistados já começaram, inclusive, a buscar outras regiões para investir e mesmo para morar. O diagnóstico revelou também o peso negativo exercido atualmente pela reprodução de uma cultura política clientelista e paternalista no Estado de Santa Catarina, que por sua vez alimenta um sistema de planejamento e gestão ainda avesso a uma reorientação estratégica no sentido da harmonização das dimensões econômica, social e ecológica dos processos modernizadores e que foi também identificada na microrregião em questão (Andion, Serva & Lévesque, 2006).

As análises oferecidas comprovam que estamos, ainda, muito distantes da imagem de um arranjo produtivo local cujo desempenho baseia-se em relações de reciprocidade e cooperação, na linha do aprendizado obtido com as experiências dos distritos industriais italianos (Becattini, 1999). Embora essa aglomeração tenha aumentado as oportunidades de empregabilidade na microrregião em questão, há exploração do trabalho, informalidade e impactos socioambientais visíveis que demonstram os limites do padrão de organização dessa atividade.

## REFERÊNCIAS

- Andion, M. C.; Serva, M.; Lévesque, B. (2006). O debate sobre economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos*. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez.
- Andion, M. C. (2007). *Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco*. Florianópolis, 2007. 385 f. (Tese de Doutorado, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFSC, Florianópolis.
- Bagnasco, A. (1999). *Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa*. In: Cocco, G.; Urani, A. & Galvão, A. P. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Becattini, G. (2007). *Distretti industriali e clusters*. Recuperado em 10 out. 2007: <[http://www.decon.unipd.it/info/sid/materiale4/bel\\_caldari\\_distretti\\_clusters.pdf](http://www.decon.unipd.it/info/sid/materiale4/bel_caldari_distretti_clusters.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Les districts industriels*. In: Maruani, M. et. al. *La flexibilité en Italie*. Paris: MIRE, Syros/Alternative.
- Becattini, G. Os distritos industriais na Itália. In: Cocco, G.; Urani, A.; Galvão, A. P. (1999). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Benko, G. (2001). A recomposição dos espaços. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 1, n.2, mar.
- Benko, G. & Lipietz, A. (2000) *La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: Économie en Liberté.
- Bourque, G. L. (2000). De l'ancienne à la nouvelle économie: un processus de modernisation sociale de l'industrie. *Cahiers du CRISES. Coleção Working Papers*, n. ET0006, Mars.
- Cazella, A.A. (2006). Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos*. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez.
- Courlet, C. & Soulage, B. (1994). *Industrie, territoires et politiques publiques*. Paris: L'Harmattan.
- Courlet, C. (2001). *Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique*. Paris: L'Harmattan.
- Faoro, R. (2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo.
- Gaudin, J. P. (2002). *Pouquoi la gouvernance?* Paris: Presses de Sciences Po.
- Granovetter, M. (1973). The strenght of weak ties. In: *American Journal of Sociology*. V.78, n. 6.

Lastres, H. M. M. & Cassiolato, J. E. *Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil*. Recuperado em 11 jan. 2007: em: <<http://www.ielpr.org.br/apl/uploadAddress/glossario.pdf>>.

\_\_\_\_\_. (2003). Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. *Revista Centro de Ciências Administrativas*: Fortaleza: [s.n.], v. 9, n. 2, dez. 2003. pp. 189-195.

Lemos, C. (2003). Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Rio de Janeiro, 2003. 269f. (Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

Lenzi, C. L. (2000). *Em busca de novas alternativas para o Vale do Itajaí: uma reflexão a partir do debate sobre o esgotamento do "Modelo Catarinense"*. In: Theis, I. M.; Mattedi, M. A. & Tomio, F. R. L. (Org.). *Novos olhares sobre Blumenau*. Blumenau: FURB.

Lévesque, B. (2001). Le partenariat: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation. Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociale. *Cahiers du CRISES*, Avril.

Lins, H. N. (2005). Arranjo produtivo têxtil-vestuarista da Região do Vale do Itajaí. In: *Programa Estratégico de Desenvolvimento com Base na Inovação: Relatório Geral*, Florianópolis: UFSC/PPGE/NEITEC, out.

Maillat, D. (1995). *Milieux innovateurs et dynamique territoriale*. In: Ralet, A. & Torre, A. (Org.): *Economie industrielle et économie spatiale*. Paris: [Economica].

Mamigonian, A. (1965) Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 27, n. 3, jul./set.

Marshall, A. (1982). *Princípios de economia*. São Paulo: Nova Cultural.

Menezes, E. C. O. (2009). *Industrialização e meio ambiente no estado de Santa Catarina: estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí*. p. 317. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

Pecqueur, B. (2006). A guinada territorial da economia global. *Eisforia: Desenvolvimento Territorial Sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos*. Florianópolis: PPGAGR, v. 4, n. Especial, dez.

Piore, M. J. & Sabel, C. F. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.

Porter, M. (1999). *Aglomerados e Competição: novas agendas para empresas, governos e instituições*. In *Competição*. Rio de Janeiro: Campus.

\_\_\_\_\_. (1990). *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus.

Rais. *Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95*. Brasília, CD Rom. 2006.

Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. (2002). *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Brasília: SEBRAE.

\_\_\_\_\_. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel e FUNDAP.

\_\_\_\_\_. (1992). *Ecodesenvolvimento: 1972-1992. Agricultura e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano 1, n. 1.

\_\_\_\_\_. (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.

Sánchez, L. E. (2006a). *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de textos.

\_\_\_\_\_. (2006b). Avaliação de impacto ambiental e seu papel na gestão de empreendimentos. In: VILELA JUNIOR, Alcir e DE MAJOROVIC, Jacques. *Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações*. São Paulo: Editora Senac.

\_\_\_\_\_. (1989). *Les roles des études d'impact des projets miniers*. Paris, 1989. 305 f. (Tese de Doutorado, Economia dos recursos naturais e desenvolvimento). L'École National Supérieur des Mines de Paris.

\_\_\_\_\_. (1995). O processo de avaliação de impacto ambiental, seus papéis e funções. In: LIMA, Ana Luiza Borja Ribeiro; TEIXEIRA, Hilda Renck e SÁNCHEZ, Luis Enrique (org). *A efetividade do processo de avaliação de impacto ambiental no estado de São Paulo: uma análise a partir de estudos de caso*. São Paulo: A Secretarias.

Vanclay, F. (2003). International principles for social impact assessment. In: *Impact assessment and project appraisal*, v. 21, n. 1, mar.

Vieira, P. F. & Cazella, A. A. (2004) *Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina*. Florianópolis: [s.n.]. (Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa - mimeo)

Vieira, P. F. & Cunha, I. J. (2002). Repensando o desenvolvimento catarinense. In: Vieira, P. F. *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED.

Vieira, P. F. (2006). Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. *Eisforia: Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos*. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez.

---

<sup>i</sup> Nos anos de 1990, conforme Gaudin (2002), descobre-se um poder não somente multipolar, complexo, fluido, mas também que é atualmente de alguma forma ‘descentralizado’. O Estado não é mais o centro das coisas, depara-se na atualidade com um mundo no qual as instituições se estabelecem por um novo tripé: as relações internacionais, as regulações essenciais e os benefícios dos poderes locais.

<sup>ii</sup> Tradução: “[...] um sistema de governança é então definido como a totalidade dos arranjos institucionais que regulam as transações no interior e através das fronteiras de um sistema econômico”.

<sup>iii</sup> A pesquisa evidenciou ainda que o mercado consumidor das empresas que subcontratam serviços das facções do Alto Vale tem abrangência nacional e até internacional; porém, quem geralmente processa a comercialização é a empresa “mãe”.

<sup>iv</sup> ACI – Associação Comercial e Industrial; CUT – Central Única dos Trabalhadores; FIESC – Federação da Indústria e Comércio de Santa Catarina; FURB – Universidade Regional de Blumenau; SITTEV – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul e região do Alto Vale do Itajaí; UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina; UNIASSELVI – Universidade Associação Educacional Leonardo da Vinci; UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

Submetido em: 07/2019

Aprovado em: 10/2019